

# **X Congresso Internacional da BRASA**

**Incorporações de extratos de origem imigrante ao  
poder local no interior paulista (1920-1950)**

**Mesa: History and Development in Brazil**

**Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)  
Maria Teresa Miceli Kerbauy (Unesp/Araraquara)  
Agnaldo de Sousa Barbosa (Unesp/Franca)**

**Brasília - DF  
22 a 24 de julho de 2010**

## INCORPORAÇÕES DE EXTRATOS DE ORIGEM IMIGRANTE AO PODER LOCAL NO INTERIOR PAULISTA (1920-1950)

### 1. Introdução

Este trabalho busca descrever e analisar as principais estratégias trilhadas por imigrantes e seus descendentes visando sua inserção na política local em cinco municípios do interior paulista no período 1890-1960: Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Bauru e São José do Rio Preto. Embora a base empírica da presente pesquisa se alicerce sobre os dados levantados nesses cinco municípios, não discutiremos aqui, por questão de espaço, as especificidades atinentes à história política de cada um deles - que certamente existem -, procurando, em contrapartida, apenas deslindar o contexto e os processos gerais que presidiram a entrada de imigrantes e seus descendentes na política local.

De modo geral, o trabalho se vincula à tradição de estudos interessados em investigar padrões de mobilidade de uma camada social específica - imigrantes e seus descendentes - no interior de uma determinada estrutura social - o oeste paulista. Desde o final do século XIX, essa região floresceu impactada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, capitaneada pelas oligarquias agrárias tradicionais que dominavam, em cada município, a política local.

A partir dos anos trinta, ocorrem gradativamente alterações significativas na condução da política local no interior paulista. A ampla crise da agricultura, cujo resultado social mais expressivo foi um considerável êxodo rural, alterando a composição rural e urbana dos municípios, a favor dessa última, minou o velho esquema de autoridade dos coronéis que dominavam o poder local, favorecendo, aos poucos, a ascensão política de outros estratos sociais não diretamente ligados ao latifúndio cafeeiro.

Nosso interesse é portanto investigar tal processo de recomposição das elites políticas ao nível local. Tal tema constitui indicador importante da flexibilidade do meio social paulista, da formação de uma classe média em municípios do interior de São Paulo, da permeabilidade de suas elites e das características da estrutura de representação política.

Acreditamos que o exame da entrada de imigrantes na política formal pode revelar-se indicador profícuo das relações de resistência ou de aproximação entre os imigrantes e as elites tradicionais locais e como elemento chave para se apreender o processo de superação do sistema coronelista, a ascensão de uma nova fração na arena política e o advento do populismo, que oportunamente acolherá elementos não pertencentes a famílias tradicionais – mas sim de origem imigrante, no caso.

A inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade paulista e os impactos de diferentes correntes migratórias sobre a composição dessas elites e sobre as estruturas de poder local e estadual ajudam a entender as mudanças que ocorreram no poder político local no estado de São Paulo, assim como os recursos políticos (materiais ou ideológicos) utilizados para a montagem do estado brasileiro a partir de 1930 e as especificidades de seus impactos regionais.

Embora ainda não se trate de uma pesquisa completamente concluída<sup>\*</sup>, em termos de fontes utilizadas, o trabalho se apóia em dados colhidos em consulta a periódicos e resultados eleitorais, entrevistas, sites e trabalhos acadêmicos já produzidos sobre cinco municípios do interior paulista.

Em São Paulo, a avalanche migratória propiciada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, que tanto contribuiu para a formação da população desse estado, sempre inspirou trabalhos sociológicos que privilegiaram um conjunto de questões de feição sócio-econômico (inserção inicial dos imigrantes como colonos, acesso à propriedade rural, formação do operariado, nichos ocupacionais, graus de aculturação e mesmo questões identitárias), cujas análises normalmente prescindem de - ou ao menos levam a segundo plano - lideranças e instituições. Trata-se de um enquadramento teórico certamente mais rico em muitos aspectos, sobretudo naqueles que brotam da inserção econômica desses novos grupos e da valorização de suas experiências no cotidiano. Contudo, não se pode dizer que nessa operação houve apenas ganhos. Ao se privilegiar tais focos, permaneceram relativamente obscuros o Estado e as instituições, como se os indivíduos concretos e suas estratégias operassem no vazio.

---

<sup>\*</sup> Agradecemos o apoio recebido da FAPESP, que vem financiando o projeto que deu origem a esse trabalho. O trabalho final deverá incluir ainda como casos analisados os municípios de Franca e Catanduva.

Em termos metodológicos, provavelmente a maior relevância desse trabalho se situe na tentativa de preencher tais lacunas, revalorizando-se a intersecção entre, de um lado, processos de mobilidade social que forjaram lideranças oriundas de estratos antes marginalizados e, de outro, instituições da política local. Reaparecem assim as instituições e as trajetórias de indivíduos que lograram se constituir em lideranças locais (e que eventualmente extrapolaram o nível local). Evidencia-se assim a complexidade de qualquer sociedade e nela a multiplicidade de lugares e trajetórias que um indivíduo pode trilhar - família, parentela, grupo étnico, grupo sócio-profissional, grupo territorial etc. -, bem como a variedade de recursos, derivados de tais vínculos, de que lança mão em sua ação social.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: após essa breve introdução, procuramos situar as características mais importantes relacionadas ao exercício da política no quadro institucional da República Velha, constatando a escassa participação de imigrantes e seus descendentes nas esferas da política local, e ao mesmo tempo apontando as possibilidades, ainda que limitadas, de entrada nesse campo. No tópico subsequente, apontamos os principais processos de mobilidade sócio-econômica de que os imigrantes desfrutaram e que em boa medida lastrearam o ingresso na arena política. Em seguida, focalizamos o conturbado período 1930-1945, no qual ocorreram alterações muito significativas derivadas da mudança do regime, do movimento de 1932, do curto período de interregno constitucional e da decretação do Estado Novo. Por fim, focalizamos os primeiros 15 anos do período constitucional (1945-1960), concluindo pela expressiva participação de descendentes de imigrantes na política local.

## 2. Imigrantes na política coronelista

Desde a consolidação do período republicano até 1930, quando ruiu a República Velha, a aristocracia rural cafeicultora deteve a hegemonia do poder político local nos municípios paulistas. Assentava seu domínio sobre uma estrutura de compromisso, entre governos locais e estaduais, denominada “coronelista”. Nela o governo estadual garantia o poder do “coronel” sobre a população e seus rivais, concedendo-lhe o controle dos cargos públicos, enquanto em contrapartida o “coronel” hipotecava seu apoio ao governo, sobretudo através de votos nas eleições. Esse sistema dominou os quarenta anos da Primeira República marcados pela existência de um partido único, o

PRP (o único partido em oposição ao PRP, de importância, a surgir no período foi o Partido Democrático (PD), criado apenas em 1926).<sup>1</sup>

O que é evidente em toda a literatura sobre poder local durante a República Velha é o caráter “fechado” da estrutura política a outros setores sociais que não os proprietários de terra. De modo geral, as relações de poder que se estabeleciam a partir dos municípios nesse período tinham os coronéis proprietários de terras como figuras centrais.

O poder privado faz com que a força eleitoral lhes “empreste prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (Leal, 1975, p.23). Além da posse da terra, o poder privado está assentado no isolamento dos municípios, permanecendo o coronel como mediador exclusivo junto aos governos estadual e federal, mesmo que para isso seja necessário conviver com a autonomia extralegal dos chefes municipais governistas.

Cabe assim observar a relativa escassez, no período, de elementos de origem social imigrante na composição das Câmaras Municipais. Conforme aponta o quadro V, essa participação situa-se ao redor de 9% dos mandatos disputados no período republicano até 1930.

---

<sup>1</sup> Embora a bibliografia sobre o tema do poder local seja relativamente extensa no país, especialmente no que diz respeito aos estudos monográficos, desconhecemos estudos mais gerais que estabeleçam ligações entre a estrutura do poder local e a inserção dos imigrantes e seus descendentes nesta mesma estrutura. O tema do poder local inclui textos hoje considerados clássicos, de autores como: Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948); Tavares Bastos, *A Província* (1937); Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1966); Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaios* (1976); e Jean Blondel, *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba* (1957). Merece destaque, ainda, estudos publicados na década de 50 e 60, pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do professor Orlando de Carvalho, e os estudos de caráter antropológico e histórico, dentre os quais se destacam os de: Emílio Willems, *Cunha - Tradição e Transição em uma Cultural Rural no Brasil* (1947); Donald Pierson, *Cruz das Almas, a Brazilian Village* (1948); Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969); Stanley F. Stein, *Grandeza e Decadência do Café* (1961); e Warren Dean, *Rio Claro – um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920* (1977). Essa bibliografia compreende tanto autores que enfatizam a autonomia dos núcleos privados e as conseqüências advindas de uma sociedade estruturada sem a presença do poder público, como autores que analisam a fragilidade do poder local e sua inexpressividade em face de um Estado patrimonial de formação secular. As obras que melhor esclarecem essas posições são as de Duarte (1966) e Faoro (1987).